

## Eixo Temático ET-01-005 - Gestão Ambiental

**A EVOLUÇÃO DA ÉTICA EM MEIO A PROBLEMÁTICA AMBIENTAL**João Paulo Ramalho Leite<sup>1</sup>; Arilde Franco Alves<sup>2</sup>

<sup>1</sup>Acadêmico do Curso de Gestão Ambiental do IFPB. E-mail: pauloramalholeite@gmail.com; <sup>2</sup>Professor do Curso de Gestão Ambiental do IFPB. E-mail: alves@ifpb.edu.br.

**RESUMO**

Todo o desenvolvimento e a crescente atenção no meio socioeconômico e ambiental se fazem presente nos dias de hoje. Assim, o objetivo deste artigo é a compreensão do processo da organização e industrialização derivada da Revolução Industrial, ocorrida no século XIX, até os dias atuais, exemplificados com uso indiscriminado de agrotóxicos e uma gama de elementos degradantes do meio ambiente. Torna-se importante, hoje, o desenvolvimento uma consciência socioambiental, pois disso dependem nossos presentes e futuras gerações. Para a realização desta revisão bibliográfica, contou-se com o apoio de quatro obras, complementadas por pesquisas na mídia e um conjunto de observações abstraídas durante o cumprimento do componente curricular acadêmico “Sociedade, Ética e Meio Ambiente”.

**Palavras-chave:** Desenvolvimento; Questão Ambiental; Consciência socioambiental.

**1 INTRODUÇÃO**

O verdadeiro estopim para alertar a população sobre problemas ambientais foi o aquecimento global. Um alerta que surge através da percepção real com aumento de doenças, aumento da temperatura, aumento da poluição e contaminação em geral, etc. É necessário entender que todo esse processo derivou da Revolução Industrial, no Século XIX, até os dias atuais, com uso indiscriminado de agrotóxicos e uma gama de elementos degradantes do meio ambiente. Com efeito, é necessária uma mudança de comportamento e conduta diante da natureza. Todavia, esse alerta global varia conforme cada sociedade, logo, cada cultura que tem sua conduta [ética] frente à natureza.

Neste século, o avanço técnico-científico evidenciou a necessidade da formação de novos profissionais, sobretudo daqueles imbuídos de uma conduta ética ambiental. Isso se torna mais evidente, porque deparamo-nos com outras problemáticas – escassez de alimentos, ausência de água potável, necessidade de mais energia e matérias primas básicas para a manutenção das atividades produtivas.

No entanto, para se conseguir um resultado benéfico é necessário um investimento em longo prazo conforme as mudanças do hoje. Logo, vale compreender que existem modelos deste novo comportamento, ou seja, uma nova ética ambiental, como, por exemplo: o uso racional de energia, a reutilização de embalagens, a reciclagem [resíduos] materiais, a redução do uso de combustíveis fósseis, assim como outras condutas cotidianas voltadas ao melhor aproveitamento dos recursos naturais.

Com isso o presente artigo está dimensionado nas seguintes partes: primeiro um sintético apanhado de alguns autores que tratam dessa conduta socioambiental; depois uma síntese da problemática ambiental a luz dessa ética ambiental; por fim, algumas considerações que podem apontar para uma nova ordem comportamental da sociedade moderna, quando a questão são as preocupações com as limitações do desenvolvimento.

## 2 CONDOTA SOCIOAMBIENTAL – IMPORTANTES ELEMENTOS

As organizações indígenas e os orientais, geralmente firmam uma sólida e harmoniosa conexão com a natureza, seja pela *cultura*, que nada mais é do que uma conduta ou costume traçado por milhares de anos, seja pela *evocação* do homem ser produto do meio natural (GONÇALVES, 2008). Mas, o que pode determinar esta cultura? São as civilizações e suas sociedades herdadas pelo homem.

Segundo Gonçalves (2008), toda sociedade ou cultura institui uma definida ideia do que seja a natureza. Desta forma, o conceito do que seja natureza é mutável, uma vez que as sociedades são compostas por homens, e eles os quais determinam e instituem as suas relações sociais, sua produção material e espiritual, enfim, a sua cultura.

Para a nossa sociedade ocidental, cujo pensamento dominante é da oposição do homem-natureza, prova disso é que se adota a cultura como algo inferior e que o homem conseguiu controlar e dominar a natureza, como salienta Gonçalves (2008). Contudo, nos dias de hoje, com o avanço técnico-científico, a ética da natureza foi resgatada para impor sua real importância diante das consequências da exploração contínua e desenfreada do homem para com o meio ambiente. O que nos leva considerar que a natureza sem o homem continua intacta, mas o homem sem a natureza, obviamente, não é nada.

Na visão de Farias (2013, p. 20), a conduta socioambiental tem três fases históricas: a fase *Individualista*, que equivale do descobrimento até os anos 1950 e tem como característica a inexistência da preocupação com as questões ambientais; a fase *Fragmentária*, que consiste de 1950 a 1980, com o surgimento de uma legislação voltada ao controle das atividades exploratórias dos recursos naturais; e, por fim, a fase *Holística*, de 1981 até o presente, se especializando pela compreensão do meio ambiente como um todo integrado, ou melhor, interdependente.

A ciência moderna que começou a se configurar no Século XVI, com o Renascimento e se consolida nos Séculos XVIII e XIX, com a Revolução Industrial, veio apontar os primeiros elementos influenciadores dos fundamentos de gerenciamento ambiental. Ademais, foi por esta que o homem tomou consciência do seu poder crescente, inclusive de extermínio, como foi em *Hiroshima* e *Nagasaki*, o qual serviu de alerta positiva e negativa na conduta socioambiental.

A década de 1960 marca o nascimento dos movimentos de minorias, representada pela condição operária, povos indígenas, as mulheres, os negros, homossexuais e o movimento ecológico, que propunham um novo modo de vida, outra cultura (GONÇALVES, 2008). Entretanto, cada condição exprime uma especificidade, por exemplo, os operários são incapazes de planejar, pensar; as mulheres são frágeis e emotivas; os homossexuais infringem seu comportamento mediante a lei da natureza; e o movimento ecológico possui um caráter difuso, não possuindo um corpo físico, logo, apenas ideal.

Com efeito, nada mais do que necessária foi a intervenção do Estado, impondo leis e ordens de cunho organizacional para duas vertentes que se formaram sendo dicotomia, antropocentrismo e naturalismo, como o modo de ver a natureza. Todavia, no seu âmbito poder político negligenciado, surge por denominação da ONU – Organização das Nações Unidas – em meados de 1950, as ONG's – Organizações Não-Governamentais –, de importância evidenciada na atuação perante falhas ou improbidade administrativa do Estado perante as relações socioculturais.

Gonçalves (2008) afirma que:

Os homens estão destruindo a natureza? Claro que quando se fala dos indígenas, descreve-se de uma sociedade específica, em síntese de outra organização social, com outra cultura. Logo, se isto é verdadeiro, não são os homens enquanto categoria geral que estão destruindo a natureza, mas sim o homem sobre determinadas formas de organização sociais, no meio de uma cultura.

Logo, o propósito de padronizar uma sociedade não fica correto porque o simples fato de existirem diversos povos e culturas já nos indica que o extinto próprio do ser humano desenvolve múltiplas formas de organização sociocultural, bem como cria uma padronização de um ser natural, pois a ideia que uma sociedade natural tem, de fato, é uma forte conotação ecofascista.

Na questão ambiental há uma grande necessidade de se levar em consideração todas as classes e grupos sociais, pois precisa de uma união no plano econômico, político e demais comunidades, para que se atinjam metas ambientais estabelecidas nas macroesferas de poder.

Ademais, não menos importante, Pelizzoli (2011) afirma o quanto é dramático lidar com as diferenças e os interesses; suprir necessidades e, ao mesmo tempo, instituir uma vida de não violência, ou seja, a sociabilidade do *humanus*, visto que tal situação também reflete para o ambiente ou natureza de modo que não há vida humana sem ambiente, ou melhor, relações e condições biológicas, alimentares, culturais, políticas, religiosas, econômicas.

### 3 QUESTÕES ÉTICAS – ALGUNS PRESSUPOSTOS

Toda dificuldade da compressão sobre Ética e Ambiente é que vêm do latim, sendo a primeira derivada de *Ethos*, morada, modo de vida e a segunda deriva de *Cosmos* meio com equilíbrio imprescindível. A palavra Política, por sua vez, advém de *Pólis*, cidade. Assim, é sobre um conceito e outro de tais palavras que se almeja uma superação além da simples conotação e sentido limitado, uma vez que possuem três dimensões: ambiental/natural, ambiental/cultural e ambiental/ sociopolítica. Portanto, deve-se atingir uma atitude como algo harmonioso e dinâmico, já que vivemos e somos *Ethos*, *Cosmos* e *Pólis* (PELIZZOLI, 2011, p. 28).

Dessa forma, a ética ambiental seria o resgate da sobrevivência humana, integrada no ambiente, desenvolvendo uma economia norteada sobre uma racionalidade/ordenamento da casa, ou seja, viver uma vida mais sustentável no possível (PELIZZOLI, 2011).

Em verdade, apenas os aspectos de progresso material foram desenvolvidos segundo a nossa visão ocidental, como também a relação que estabelecemos com o próximo pode esclarecer o intrínseco da relação homem e meio ambiente, percebendo que os nossos preconceitos, racismo, ação dominadora, também influenciaram diretamente contra o meio ambiente.

Contudo, o *homo ecológicus* seria aquele que procura conhecer e programar modelos sustentáveis, justos e solidários de economia, organização política, tanto quanto visão libertadora e socioambiental de educação e cultura em tempos de alienação (PELIZZOLI, 2011), tal qual o consumismo é implantado na sociedade ocidental, buscando um progresso material ao invés da qualidade de vida.

Entretanto, este conceito vem sendo substituído, como afirma Dias (2006), pelo acompanhamento das inovações da legislação ambiental mundial, bem como

influenciado por uma sociedade com mais saber e poder de compra. Ainda por cima a mesma racionalidade que cria lugares de cultura e cuidado tem sido a mesma que cria as doenças ambientais e as bombas e armas nucleares.

As comunidades indígenas, por exemplo, revela-nos que muitos grandes mestres espirituais e sábios da humanidade tinham senso de humor, uma leveza fundamental ligada à natureza da liberdade-liberação, indo contra o Egocentrismo, natural do ser humano, no qual seria a ânsia que motiva o progresso a todo custo, ligada a um desejo de expansão do ego até a exaustão (PELIZZOLI, 2011).

Com efeito, há uma disparidade de interesses, até mesmo do Estado, para com problemas ambientais, embora seja a partir deste que ocorram as mudanças do comportamento e conscientização para uma vital qualidade de vida que permeie pelas presentes e futuras gerações.

No Brasil, problemas socioambientais se tornaram, comumente, parte do nosso cotidiano, dentre os quais, por exemplo: analfabetismo, pobreza, descarte inadequado de resíduos sólidos, contaminação de recurso hídrico, queimadas, dentre outros, que transcorrem principalmente onde há um descaso do poder público, sem racionalidade, em comunidades onde se mais necessitam de atendimento, monitoramento e acompanhamento.

Pelizzoli (2011) assegura que:

É necessária uma educação ambiental que assegure a esfera simbólica de inserção e um imaginário cultural a ser reconstruído para o nosso cidadão ambiental. Assim, deste modo, recuperá-lo uma vez que não se pode retornar um trabalho físico já concluído. Exige-se um conhecimento técnico científico de modo pontual e concreto podendo iniciar um novo mundo que seja possível a todos, já que a todo tempo as mudanças se instauram por bem ou por mal.

Em suma, o saber científico, técnico e tecnológico é parte dessa mudança comportamental e intelectual, bem como a reutilização, redução e reciclagem são exemplos de um suporte que prepõe uma nova ciência para esse “novo mundo”. Assim, um novo paradigma cujo padrão de olhar e valores evocam movimentos alternativos pode ser chamado como *Bioética*, ou melhor, um apontamento de um novo tempo e de reconhecimentos de rumos tortos.

Podemos ainda afirmar, a Bioética é a ética da defesa da vida, da essência humana, da saúde equilibrada, defendendo os direitos humanos, da natureza, das minorias, consistindo em modo de vida verdadeiramente humano. Ainda mais, é um olhar consciente, uma sensibilidade e uma ação que está tentando fazer a humanidade caminhar para o tempo ecológico, todavia, a *bioética* ficou mais conhecida na área da saúde, impedindo experimentos cruéis e fatais em humanos, como se faz com ratos. Segundo Pelizzoli (2011, p. 22.):

Enquanto um indígena *yanomami* precisa de menos de 70 tipos de utensílios para toda sua vida, o homem urbano de elite pode chegar a 7.000” (PELIZZOLI 2011, p. 21). Assim, logo, é o resultado do capitalismo explorador e de uma sociedade que possui um consumo infinito, que degrada a vida social e natural (PELIZZOLI, *op. cit.*).

O sentido equitativo, segundo Farias (2013), se dá pela aproximação do homem, cuja essa disparidade chega ao fim, com o meio ambiente. Assim, cria-se uma

padronização intergeracional, que é entre as gerações presentes e intrageracional, que leva em conta as gerações futuras. Logo, o ordenamento jurídico brasileiro classifica o meio ambiente pelo caput do art. 225 do texto constitucional como “bem de uso comum do povo”. Isso significa que:

“Todo ser humano deve ter acesso equitativo aos recursos naturais e ao meio ambiente de forma geral, na medida de suas necessidades. [...] os benefícios e malefícios oriundos da apropriação desses recursos devem ser distribuídos de forma equânime na sociedade” (FARIAS, 2013, p.40)

Por fim, não há nada mais importante hoje do que criar uma consciência socioambiental, pois disso dependem nossos presentes e futuras gerações (Pelizzoli, 2011, p. 29).

#### **4 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Diante do que foi discutido, é imprescindível a prática da ética ambiental para assegurar a dignidade da biótica em geral, visto que, a natureza dá sinais claros de que o homem já pressionou, demasiadamente, os recursos naturais e o meio ambiente em busca do progresso financeiro. Esse processo tem de um lado o capitalismo, impulsionando a população para o progresso humano-material, de outro lado o industrialismo, forjando inúmeras inovações científicas e tecnológicas, sem as quais, hoje, a sociedade está totalmente dependente. Mesmo assim, uma estabilidade socioambiental deve ser considerada pelas sociedades sob pena de, também, sucumbirem conjuntamente aos diferentes sistemas naturais.

Com efeito, se vivencia uma crise socioambiental, bem como se exige um melhora da conduta ética, voltada a um mais perfeito bem-estar espacial e temporal. Ademais, o efeito da postura internacional perante a essa nova dimensão ocorre principalmente no final da década de 1960, chamado Clube de Roma, na Itália, em seguida no ano de 1972, em Estocolmo, na Suécia, resulta a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio ambiente. Consequentemente, na década de 1980 a Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente, ou seja, o famoso e polêmico Relatório Brundtland, na Noruega (Farias 2013). No Brasil, por exemplo, na Constituição Federal de 1988, surge um capítulo específico sobre o meio ambiente pela primeira vez, e nele o artigo 225, dedicado às questões ambientais, fruto de um amadurecimento do aspecto ambiental.

Portanto, temos hoje um cenário histórico no qual ainda dá tempo de uma mudança para um “mundo melhor”, com conscientização de um progresso com mais qualidade de vida e um capitalismo mais comprometido com a gestão dos recursos naturais.

#### **5 REFERÊNCIAS**

- DIAS, R. **Gestão Ambiental, responsabilidade social e sustentabilidade**. São Paulo: Editora Atlas, 2006.
- FARIAS, T. **Direito Ambiental**. Salvador: Editora JusPODIVM, 2013.
- GONÇALVES, C. W. P. **Os (des)caminhos do meio ambiente**. 14. ed. São Paulo: Contexto, 2008. (Coleção Temas atuais).
- PELIZZOLI, M. L. **Homo Ecologicus**. Caxias do Sul: Editora EDUCS, 2011.